

Organização do conhecimento e arquivística

Relações e prismas teóricos

Knowledge organization and archival science: relationships and theoretical prisms
Organización del conocimiento y archivística: relaciones y prismas teóricos

Carlos Guardado da Silva

Doutor em História Medieval pela Universidade de Lisboa, com título de agregação em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.
carlosguardado@campus.ul.pt

Luís Corujo

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.
luiscorujo@campus.ul.pt

RESUMO

Este é um estudo de natureza qualitativa, apoiado na pesquisa documental, acerca das percepções e dos significados dos principais pesquisadores no âmbito da organização do conhecimento, que apresentam reflexão da relação entre esta e a arquivística, nos últimos cinco anos. Retratam-se reflexões acerca da organização do conhecimento e da arquivística, e das questões sobre a proveniência e a classificação. Percebe-se que essa relação está ainda à procura de encontrar os seus percursos e soluções, refletindo elementos interdisciplinares.

Palavras-chave: arquivos; organização do conhecimento; indexação; classificação.

ABSTRACT

This is a qualitative study, supported by documentary research, about the perceptions and meanings of the main researchers in the field of knowledge organization, who present a reflection of the relationship between this field and archival science, in the last five years. It portrays reflections on the organization of knowledge and archival science, and questions about provenance and classification. It is perceived that this relationship is still finding its paths and solutions, reflecting interdisciplinary elements.

Keywords: archives; knowledge organization; indexation; classification.

RESUMEN

Se trata de un estudio cualitativo, apoyado por investigación documental, sobre las percepciones y significados de los principales investigadores en el campo de la organización del conocimiento, quienes presentan una reflexión de la relación entre ésta y la archivística, en los últimos cinco años. Presenta reflexiones sobre la organización del conocimiento y la archivística, y los temas de la procedencia y la clasificación. Se percibe que esa relación sigue encontrando caminos y soluciones, reflejando elementos interdisciplinares.

Palabras clave: archivos; organización de conocimiento; indexación; clasificación.

Introdução

A organização do conhecimento (OC) é identificada por Barité (2001) como o conjunto de subsídios teóricos e *feedback* relativos ao tratamento da informação, particularmente seu tratamento temático e, de um modo menos específico, a gestão do uso social da informação. Para esse autor, a OC versa como objeto de estudo o conhecimento socializado, e dá conta, como disciplina, do desenvolvimento de técnicas para a construção, a gestão, a utilização e a avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. Nessa visão integral do conhecimento, associam-se as classificações filosóficas ou científicas do saber às classificações destinadas à organização de documentos, nomeadamente de arquivo e outras unidades de informação, que, segundo o autor, ampliam as perspectivas para o desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito do saber e da teoria da área da documentação e informação.

Verifica-se também a existência do conceito de OC no sentido estrito, que Hjørland (2008) relaciona com as atividades de descrição, indexação e classificação, desempenhadas em arquivos e outras instituições de memória. Sendo o seu campo de estudo a natureza e a qualidade dos processos de organização de conhecimento (POC) e dos sistemas de organização de conhecimento (SOC) usados para organizar documentos e criar representações, atividades e conceitos documentais, os saberes teóricos ligados à informação são os conteúdos das disciplinas centrais da OC com esse sentido estrito.

Smiraglia (2012) defende a OC como o domínio em que a ordem do conhecimento é, ao mesmo tempo, o paradigma primário para a pesquisa científica e a aplicação primária no desenvolvimento de sistemas. Felipe e Pinho (2017) consideram que a sua função é investigar SOC e disseminar produtos que permitam usufruir do conhecimento descoberto, ou seja, tornar o conhecimento alcançável. A OC transparece, assim, como um campo disciplinar focado em “promover estudos e mecanismos para sistematizar o conhecimento a fim de melhorar a recuperação do mesmo” (Felipe; Pinho, 2017, p. 151).

A análise diacrônica da OC efetuada por Guimarães, Martinez-Ávila, Cândido, Silva, Piva e Fioravanti (2017) permite verificar a evolução de um pensamento principalmente ontológico, a partir de autores como Dahlberg (1978a, 1993, 1995), para uma reflexão epistemológica mais abrangente e pragmática dos domínios (Mai, 2013; Arboit, 2014) em que, no âmbito da indexação, se interpreta como “pragmatic turn” (Kleineberg, 2016). Com efeito, percebe-se uma viragem da abordagem de conhecimento de Dahlberg (1995), qual seja, uma certeza subjetiva e objetivamente conclusiva da existência de um fato ou situação,

não transferível e somente passível de aquisição através do pensamento individual, para uma visão de autores como Barité (2001), que consideram o conhecimento como um produto, uma necessidade e um motor social.

Hjørland (2002; 2017) propõe uma listagem de abordagens da análise de domínio, acrescentando também a proveniência arquivística, proposta por Guimarães e Tognoli (2015), que debatem o princípio da proveniência como abordagem específica de análise de domínio no seio da organização do conhecimento arquivístico (OCA). Hjørland (2017) reitera a proposta desses autores em nota do seu texto acerca da análise de domínio.

Sales (2017) discute as ligações entre a OC e a ciência da informação (CI) na comunidade científica brasileira. Observa a existência de três perspectivas quanto a essa relação, em que a primeira, mais filosófica, considera a OC como um subcampo da ciência da ciência, emancipada e desvinculada da CI (verificada em autores como Dahlberg). A segunda perspectiva, mais sociológica, atenta às questões da CI para resolver apenas parte da OC, considerando-as, assim, áreas distintas, mas dialogantes (perspectiva de Hjørland). A terceira perspectiva, mais técnica, integra a OC na CI, para a qual contribui no contexto do tratamento temático da informação desenvolvido no e para o ambiente informacional.

Felipe e Pinho (2017) consideram a OC como disciplina, que desenvolve estudos e mecanismos para sistematizar o conhecimento a fim de melhorar sua recuperação por parte do usuário. Apontam que o conhecimento está registrado – representado – em qualquer suporte, passível de recuperação.

Face a esse cenário, importa conhecer as percepções e os significados dos principais pesquisadores, que apresentam reflexão entre a OC e a arquivística, nos últimos cinco anos.

Metodologia

Desenvolve-se um estudo com uma abordagem qualitativa, que recorre à pesquisa documental, considerada um procedimento sistemático de revisão ou avaliação de material documental com informação textual, ou de imagem registrada sem a intervenção do pesquisador, que recorre ao exame e à interpretação dos dados, com o fim de extrair significado, ganhar compreensão e desenvolver conhecimento empírico (Silva, 2021). Esse procedimento analítico envolve identificar, selecionar, avaliar (dar sentido) e sintetizar dados contidos em documentos. A análise de documentos produz dados – excertos, citações ou passagens inteiras – que são então organizados em temas principais,

categorias e exemplos de casos especificamente por meio de análise de conteúdo (Silva, 2021).

As fontes escolhidas são as atas das conferências Isko Internacional e dos congressos dos capítulos do Brasil e Ibérico dos últimos cinco anos, num total de 48 documentos. Dentro de cada documento, foi feita a pesquisa pelo radical *arquiv** em português e *archiv** em inglês e castelhano. Foi selecionado um total de 69 textos, tendo sido escolhidos 33 após a sua leitura e verificação: *Advances in knowledge organization* (proceedings of International Isko conferences) (2016-2020), com três edições, 15 artigos identificados e 11 artigos verificados; *Knowledge Organization* (journal) (2016-2021), com 41 edições, 11 artigos identificados e seis artigos verificados; *Estudos avançados em organização do conhecimento* (atas dos congressos brasileiros em organização e representação do conhecimento) (2017-2019), com duas edições, 29 artigos identificados e 11 artigos verificados; atas dos congressos da Isko – Capítulo Ibérico (2017-2019), com duas edições, 14 artigos identificados e cinco artigos verificados.

A análise dos textos, com recurso à sua codificação, permitiu verificar a existência de três grandes eixos, que correspondem ao contexto da OC e da arquivística, à proveniência e à classificação, como análise de domínio e operação da organização do conhecimento, e à representação da informação.

A estabilização dos eixos e respectivas categorias percebidas permitiu a codificação seletiva dos textos completos, para desenvolver a integração teórica. Todavia, na impossibilidade da completude da análise, foram aqui considerados os dois primeiros eixos, em detrimento do último, que integra na representação da informação as operações de descrição e indexação, bem como os vocabulários controlados.

O contexto da organização do conhecimento e da arquivística

Hjørland (2016) refere que a arquivística é um campo independente com a sua própria produção e comunicação teórica. Apesar disso, a organização do conhecimento nos arquivos deve ser também considerada como parte da OC na lógica da descrição, da representação, do arquivamento e da organização de documentos, das representações, dos assuntos e dos conceitos dos documentos, sejam feitos por humanos ou sistemas informáticos. O autor identifica que a proveniência é o principal princípio desse domínio.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017) abordam a interdisciplinaridade entre a arquivística e a OC, remetendo para Guimarães e Tognoli (2015) no que tange às discussões entre a arquivística no âmbito da OC. Os autores referem a busca

de bases teóricas e metodológicas na CI e na OC, que a arquivística tem feito para enfrentar a realidade derivada das novas formas de produção documental dominadas pelas tecnologias da informação (TI) e que rompem com os “paradigmas na produção, organização e uso dos documentos de arquivo” (Tognoli, Vitoriano, Leme, 2017, p. 64).

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017) afirmam que os referenciais teóricos da arquivística e da CI alargam o leque de perspectivas do conhecimento em discussão, como a instituição, o fundo documental e os seus produtores e usuários (p. 65). A OCA desenvolve-se “a partir do seu contexto de produção, tornando-se o levantamento e o estudo da produção documental uma etapa relevante para a recomposição da organicidade dos acervos, representada pelo estabelecimento do vínculo arquivístico existente entre os diversos elementos dos conjuntos documentais” (p. 68).

Lehmkuhl e Silva (2017) consideram que a organização de informação (OI) e a OC são disciplinas relacionadas com a CI por via da sua interdisciplinaridade (Bräscher e Café, 2008). Bräscher e Café (2008) definem a OC como a “construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade” aplicando-se a unidades de pensamento ou conceitos (p. 6), algo mais conceitual e ligado à cognição.

Bräscher e Café (2008) consideram a OI relacionada com registro de informação, ligada aos objetos e à materialidade, como “um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais” (p. 6). Isso leva a que Lehmkuhl e Silva (2017) defendam que o processo de OI é composto por metodologia aplicada e etapas orientadas para a recuperação e o acesso à informação. Essas etapas incluem a descrição física e de conteúdo do objeto, que origina a representação da informação (RI), identificada por Bräscher e Café (2008) como o “conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (p. 5).

Fonseca e Troitiño Rodriguez (2017) apresentam reflexão acerca dos benefícios para a OC, que resultam da relação entre a diplomática e a identificação documental. Abordam a evolução da teoria da diplomática nas suas vertentes científica, histórica, forense e contemporânea, e a relação com os aspectos da falsificação, da proveniência e da organicidade do documento. Assumindo a influência que adquirem as novas tecnologias na gênese de contextualização dos documentos de arquivo, consideram que a diplomática pode facilitar a função arquivística de identificação documental, orientada para lidar com os novos problemas da produção documental e dos tipos documentais, para estabelecer a proveniência e a organicidade dos documentos. Referem que a “diplomática

contribui com a identificação documental por meio da explicitação do contexto de criação e de uso dos documentos, facilitando o revelar das conexões existentes entre informações e documentos, o que é essencial à organização do conhecimento” (Fonseca e Troitiño Rodriguez, 2017, p. 1007). A identificação documental pode potencializar os efeitos das funções arquivísticas posteriores, com resultados benéficos para a organização e o acesso aos acervos, mas isso significa que a produção documental deve respeitar as formalidades delineadas pela diplomática.

Barros e Sousa (2019) apresentam um mapeamento das relações metodológicas entre a arquivística e a OC. A organização e a representação do conhecimento dão um contributo fundamental para o desenvolvimento de métodos de acesso à informação. Apresentam uma série de desenvolvimentos em SOC, como linguagens, estruturas e classificações. Por outro lado, a arquivística tem vindo a desenvolver-se, procurando interligações, embora superficiais ou mesmo não intencionais, com o campo da OC. A aproximação a esse campo é essencial para o desenvolvimento da classificação e da descrição arquivísticas, visando à construção de ontologias, taxonomias e vocabulários controlados, entre outros. Consideram que essas aproximações devem ser derivadas das mudanças ocorridas nos últimos vinte anos em relação à gestão documental e à forma como as pessoas constroem conhecimento e buscam informação. Além disso, é possível aplicar SOC no ambiente administrativo digital para melhores instrumentos de representação arquivística.

Lehmkuhl, Linden, Barros, Silva e Vital (2019) relacionam as questões da OC, orientadas para a representação, a organização e o acesso ao conhecimento, e da arquivística, caracterizada pelo corpo teórico e metodológico que abrange os processos desde a criação até a disseminação e o acesso do documento de arquivo, incluindo as funções classificação e descrição, que orientam a criação de instrumentos de gestão de arquivo, como os planos de classificação e os instrumentos de descrição e acesso. Os autores consideram que essas funções permitem o diálogo eficaz e eficiente entre a arquivística e os SOC, no que respeita às teorias, aos métodos e às aplicações.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017) propõem uma definição de conhecimento arquivístico (CA), referente ao conhecimento “produzido por uma pessoa física ou jurídica no desempenho de suas atividades e que está representado no (ou pelo) conjunto de documentos que compõe um fundo documental” (p. 64). Nessa lógica, os fundos vão refletir o conhecimento produzido por alguém ou entidade, com a atuação de três atores: o criador, o usuário e os intermediários (arquivistas ou outros responsáveis pela organização dos documentos).

Guimarães e Tognoli (2015), por considerarem a proveniência como uma abordagem de análise de domínio, dão azo a considerar a OCA como um domínio.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017), ao abordarem a OCA na perspectiva da função da classificação, consideram que o plano de classificação, produto dessa função, pode ser interpretado como instrumento de representação do conhecimento (p. 64-65), baseando-se na indicação de Tognoli e Barros (2015) de que a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, e entre os documentos e as pessoas. Assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e da avaliação dos documentos.

Machado, Semidão e Madio (2017) e Machado, Semidão, Madio e Martínez-Ávila (2019) promovem uma reflexão acerca da perspectiva arquivística relativa à organização do conhecimento fotográfico de acervos institucionais, contribuindo para os estudos que pretendem o entendimento da fotografia dentro do âmbito teórico da arquivística. Ou seja, a fotografia deve passar a ser compreendida como um construto institucional, com elementos contextuais a identificar para que se atinja a compreensão dos conhecimentos administrativos e históricos que ela mesma encerra. Nessa linha, percebemos que esses autores consideram que os documentos fotográficos devem ser vistos como fonte de CA e estudados no âmbito da OCA, prevendo-se o fim de uma certa hegemonia da informação textual tornada CA.

Crippa (2017) expande não só a OCA para o campo da arte contemporânea, mas também introduz no CA o papel da documentação da realização dos processos de elaboração artística, desde a concepção até a exposição da obra definitiva, que, recorrentemente, substitui as obras mais conceituais e efêmeras. Trata-se de uma representação de natureza arquivística constituída de objetos variados e até tridimensionais, sem se limitar ao registro textual e, apesar de deter somente valor documental, de testemunho, cujo valor estético precisa de ser repensado. O uso da lógica das séries documentais (Quintavalle, 2010) na articulação das coleções de arte permite expor a identidade possível entre documentos e monumentos e redimensionar a interpretação estética, favorecendo a historicidade dos processos produtivos da arte. Consideramos que amplia também o CA para o campo da arte contemporânea.

Tognoli e Rodrigues (2018) visam elucidar a relação entre a arquivística e a diplomática a partir da investigação da descrição arquivística – entendida como processo de representação do CA – e da sua relação com a identificação arquivística, englobando as ideias de identificação, representação e organização. Introduzem o conceito de CA no contexto da metodologia da identificação,

tarefa intelectual cujo objeto de estudo é a entidade produtora e os seus documentos, com um processo de reconhecimento baseado nos parâmetros da diplomática. A diplomática e o seu método apresentam-se como necessários para a organização e a representação do CA, no âmbito das funções arquivísticas de classificação/organização, avaliação e descrição. Para além do conhecimento gerado pela desconstrução do documento, por meio da análise diplomática, o arquivista pode lidar com o conhecimento gerado a partir da identificação dos produtores da informação e das suas relações com o procedimento para representar o contexto e o conteúdo dos documentos. Assim, a identificação, como metodologia arquivística, permite a normalização das funções arquivísticas que sustentam os procedimentos de gestão documental, contribuindo para a organização e a representação do CA.

Mattos e Pimenta (2019) apontam o caráter específico da informação de arquivo, que se distingue dos outros pela natureza da sua produção, no âmbito de atividades e pelo seu caráter probatório. Para tal impendem propriedades como a autenticidade e o valor de prova, que requerem uma abordagem contextual para atingir a organicidade necessária à OCA. No caso dos arquivos pessoais, também implica ter em atenção a análise da tipologia documental. Essas duas ferramentas auxiliam a descrição e a preservação do contexto de produção e manutenção do valor probatório da informação de arquivo.

Proveniência e classificação

Este eixo integra as categorias referentes à *proveniência* e à *classificação*.

Proveniência

Smit, Schmidt, Bezerra, Vargas e Pires (2016), no que respeita aos princípios da proveniência e do vínculo arquivístico, percebem a importância de dois grupos de informação que, juntos, representam as condições em que os documentos podem e devem ser compreendidos: a) informação sobre o contexto organizacional em que os documentos de arquivo são produzidos ou recebidos; e b) o lugar em que esses documentos podem ser concebidos no contexto global das atividades realizadas pela organização. Esses grupos de informação explicam os dois critérios mais discutidos para a organização de documentos em arquivos: a classificação orgânica prioriza o contexto organizacional (estrutural), enquanto a classificação funcional prioriza o lugar das atividades no funcionamento organizacional global.

Tognoli e Guimarães (2019) abordam a proveniência como um princípio de OC, indicando que é um dos marcos mais importantes na prática e na teoria arquivísticas desde o século XIX. Desde então, a proveniência e o contexto documental têm apoiado a OCA (especialmente por meio dos procedimentos de classificação e descrição). Tais relações foram gradualmente refinadas ao longo dos anos e de diferentes experiências entre arquivos europeus e os seus sistemas de classificação e ordenação. Apesar de crucial para a compreensão da natureza dos documentos e arquivos, o princípio da proveniência ainda não corresponde a um único termo ou a uma única definição, na teoria arquivística, e a escassa terminologia de normalização continua a resultar na falta de consenso sobre a divisão entre os dois princípios, proveniência e ordem original. Recentemente, o conceito de proveniência foi abordado por muitas outras disciplinas e aplicado a diferentes domínios. À medida que o uso desse princípio atinge novos domínios, deixa de ser apenas um princípio de organização, passando também a ser um meio de alcançar a autenticidade e a fiabilidade de dados e objetos em ambientes digitais ou museus, ou para restabelecer a relação orgânica original nas coleções da biblioteca, requerendo novas abordagens derivadas da interação multi e interdisciplinar entre os diferentes domínios.

Tognoli, Milani, Guimarães e Moraes (2020) propõem a dimensão do assunto no âmbito da autoria como nova perspectiva relativa à proveniência, incluindo um contexto mais ligado à investigação científica e de matriz biblioteconômico. Consideram a autoria como um elemento altamente temático e complexo, com aspectos relacionados com a especificidade e o contexto de produção. Tal complexidade advém do fato de os contextos e assuntos serem dinâmicos e variarem ao longo do tempo e do espaço. Nessa ótica, destacam que a autoria pode ser considerada um produto de um contexto ligado à historicidade do assunto, temas específicos e redes interpessoais.

Machado, Semidão, Madio e Martínez-Ávila (2019, 2020) refletem sobre a utilização do princípio da proveniência na OCA nas fotografias como medida crítica e ética de combate ao seu uso indevido. Discutem o conceito de proveniência numa perspectiva pragmática e de análise de domínio, para avaliar o potencial desse princípio na determinação da informação contextual de fotografias, com o objetivo de dismantelar a presunção de objetividade que fundamenta o seu uso político nas notícias falsas na sociedade pós-verdade.

Eadon (2020) aborda as práticas de procura de informação de um novo grupo de usuários de arquivos, que apelida de “pesquisadores conspiracionistas”. Os compromissos epistêmicos da OCA, enraizados na proveniência e no acesso/sigilo, entram em conflito com as características epistêmicas do

conspiracionismo, a saber: a desconfiança em figuras de autoridade e instituições, a excessiva confiança na pesquisa em primeira mão e uma tendência para o viés de confirmação.

Barros (2020) discute os aspectos e pontos de contato entre o princípio da proveniência arquivística e a teoria do conceito de Dahlberg (1978a) para ajudar a construir melhores esquemas de classificação hierárquica na teoria e na prática arquivísticas. Considera que a sistematização das relações entre a proveniência arquivística e a teoria dos conceitos na OC e na arquivística permite construir SOC para representar um determinado domínio arquivístico, com uma base científica mais sólida, com benefícios na redução da subjetividade e dos vieses. Considera ser uma questão importante quando se relaciona a forma como a classificação é usada por não arquivistas, que são quem produz os documentos e quem tem o direito de aceder a eles.

Classificação

Tognoli e Barros (2015) definem a classificação como uma atividade de gestão e planejamento dos arquivos e entidades que geraram os documentos. Nessa linha de pensamento, Tognoli, Vitoriano e Leme (2017) indicam que a sua finalidade é o restabelecimento da rede de relações existentes entre as diversas funções desempenhadas pelas unidades orgânicas/entidades, no cumprimento das atribuições sob sua responsabilidade, do ponto de vista do registro documental dessas funções.

Esses autores consideram que, juntamente com a descrição, a classificação é uma das funções nucleares da OCA. Apresentam uma revisão bibliográfica acerca da classificação arquivística e dos seus princípios, nomeadamente da proveniência (p. 65), indicada por Guimarães e Tognoli (2015) como uma abordagem de análise de domínio, o que permite considerar a OCA como um domínio.

A classificação é considerada por Tognoli, Vitoriano e Leme (2017) como fulcral nesse processo de OCA, ao sustentar a lógica interna do fundo e a recuperação da informação tendo em conta os aspectos funcionais. Daí que o instrumento resultante desse processo, o plano de classificação, seja considerado a ferramenta chave para a OC do “fundo”, uma vez que formaliza as relações hierárquicas e a posição da informação de arquivo nas séries documentais, para além de contribuir para a compreensão do funcionamento das entidades a que dizem respeito, existentes ou desaparecidas.

Tognoli, Vitoriano e Leme (2017) apresentam a sequência de fases que consideram necessárias para a classificação, numa perspectiva da análise funcional, que permite identificar a rede de relações entre as várias áreas de atuação.

Seguidamente, vem a etapa de análise de tramitação documental e das características internas e externas dos documentos, no sentido de relacionar o cumprimento da atividade e a produção dos registros necessários para o efeito administrativo ou legal, bem como a estipulação das tipologias documentais. Esta última, ligada à diplomática, consiste no estudo do documento como unidade arquivística, que dá azo à sua compreensão no seio do contexto funcional, e de produção. As conexões da diplomática contemporânea à investigação arquivística aumentaram a compreensão das relações orgânicas entre os documentos produzidos pelas diversas estruturas administrativas no cumprimento das suas funções. O cruzamento dos estudos orgânico-funcionais (p. 69) e dos tipos documentais produzidos resulta no estabelecimento de um perfil de tipologias de cada entidade. Assim, consideram que a classificação é o processo que dá início à OCA, sendo necessária a todas as fases do ciclo de vida do documento, pois é a responsável pela reconstrução da organicidade dos documentos do fundo documental, sendo o plano de classificação o instrumento resultante da análise dos elementos que compõem o contexto administrativo e a produção documental.

Nessa sequência, Smit, Schmidt, Bezerra, Vargas e Pires (2016) distinguem a classificação bibliográfica da classificação arquivística, indicando que, enquanto a classificação bibliográfica visa agrupar documentos que abordem os mesmos assuntos ou assuntos de informação, a classificação arquivística é orientada por agregações de documentos originados das mesmas atividades, que fazem parte do desenvolvimento das funções desempenhadas por entidades públicas ou privadas.

Simões, Freitas e Rodríguez-Bravo (2016), na sua discussão entre as classificações bibliográfica e arquivística à luz da teoria da classificação, referem que ambos os tipos de classificação têm raízes históricas e baseiam-se em pressupostos filosóficos que deram origem aos instrumentos de classificação trazidos de antemão. No caso dos arquivos, embora as ideias da teoria geral da classificação não sejam de forma alguma excluídas do processo de construção de classes, as classificações devem ser realizadas com base na proveniência e na ordem original, que representam, respectivamente, o contexto e a sequência de criação e acumulação da informação de arquivo, o que leva a apresentarem reservas quanto às classificações construídas por assunto, que geralmente se baseiam em esquemas apriorísticos. As classificações feitas nos arquivos, dada a necessidade de refletir tanto os aspectos orgânicos e funcionais do criador como os laços que os vinculam, revelando as suas relações internas, são esquemas frequentemente realizados *a posteriori*, e também apoiados no método indutivo. As autoras destacam várias convergências sobre a classificação feita por

bibliotecas e nos arquivos, que surgiram de uma necessidade pragmática, sendo que a última permite uma visão do ambiente de produção dos documentos, dos seus agentes, das suas atividades e ações, bem como do seu agrupamento dentro de uma determinada estrutura, promovendo o controle pelas próprias instituições e atingindo o objetivo de organização e gestão da informação, deixando a sua representação efetivamente nas mãos da descrição e do acesso. Fazem ainda referência aos desafios e oportunidades derivados da era digital e à aplicação desses instrumentos.

Silva (2016) aborda a classificação funcional, cada vez mais usada como requisito para a concepção de sistemas de organização de informação (OI), dando como exemplo os trabalhos desenvolvidos no contexto suprainstitucional da Administração Pública portuguesa. Refere que a natureza funcional da informação justifica a abordagem funcional, dado que a informação resulta de uma função e atividade, ligando esse tipo de classificação à gestão de processos de negócio. Estabelece ainda a relação entre a classificação e a avaliação, que considera também ser útil para a organização, representação e recuperação da informação, e crucial para a sua gestão.

Lehmkuhl e Silva (2017) baseiam-se em Vital e Bräscher (2015) salientando que a OI e, portanto, a OC na arquivística são desenvolvidas nos processos de classificação, o que lhes permite afirmar que o desenvolvimento da classificação arquivística requer competências do profissional de arquivo, que, por via da informação e conhecimento do órgão produtor do acervo documental, dos fluxos etc., estabelece a correlação da classificação com a OC.

Albuquerque (2017) analisa as possibilidades de diálogo entre a classificação arquivística e a teoria do conceito, tendo como fim o aprofundamento do debate sobre a classificação arquivística e a OC referente à recuperação da informação no contexto desse campo do conhecimento. Para que essas relações sejam preservadas e sirvam aos interesses de uma instituição e dos usuários, a classificação deve desenvolver-se com base nos pressupostos de uma organização intelectual dos documentos de arquivo. A teoria do conceito fornece elementos úteis para a determinação das relações conceituais pertinentes quando da produção dos planos de classificação, tendo em conta a estrutura e as características dessas ferramentas, contribuindo para a definição e o posicionamento dos conceitos num determinado sistema. Para Albuquerque (2017), a própria estruturação das categorias da classificação arquivística implica a aproximação à teoria do conceito, a fim de melhor poder contribuir para o tratamento e a recuperação da informação arquivística, garantindo as suas especificidades e particularidades.

Albuquerque (2017) começa por abordar a classificação arquivística, considerando os princípios da proveniência e da ordem original (Sousa, 2003; Barros, 2012; Albuquerque; Souto, 2013; Martín-Pozuelo Campillos, 1996), o conceito de classificação e sua finalidade (Martín-Pozuelo Campillos, 1996; Romero Tallafigo, 1994; Sousa, 2003; Esteban Navarro, 1995), a evolução histórica da teoria e da prática da classificação arquivística (Barros, 2010, 2012; Lopes, 1996; Sousa, 2003), e como se processa (Roncaglio; Manini, 2016). No âmbito da teoria do conceito, analisa os aspectos terminológicos do termo conceito (Abbagnano, 2000) e a teoria do conceito de Dahlberg (1978b). Os aspectos sobre as categorias são abordados tendo por base os preceitos dos sistemas aristotélicos (Aranalde, 2009; Abbagnano, 2000; Gil, 2001) e a formulação de Dahlberg (1978b).

Posteriormente, Albuquerque (2017) aborda as ligações entre a classificação arquivística e a teoria do conceito no âmbito da materialização do plano ou quadro de classificação, indicando que a ligação entre a teoria da classificação e a teoria do conceito se torna pertinente “nas práticas consolidadas que tratam basicamente da tradição escrita e dos documentos”, apoiando-se também no conceito de organização e representação do conhecimento, de Esteban Navarro (1995).

Pazos e Schmidt (2017) consideram que a OCA implica um aprofundamento teórico e empírico, que deve ser desenvolvido no âmbito da formação académica dos profissionais de informação. Dado o papel fundamental da classificação na teoria, na metodologia e na prática arquivística, consideram ser a OCA um elemento de conformação científica e de enquadramento teórico e metodológico que enforma o trabalho de organização da informação e do conhecimento nos arquivos. Para tal, é preciso que a formação académica dos profissionais de arquivo inclua unidades e projetos curriculares, além de conteúdos programáticos, dedicados à classificação arquivística (Pazos; Schmidt, 2017, p. 185). Nessa linha, referem a necessidade de reflexão constante relativamente aos conhecimentos teóricos e técnicos, para assim desempenhar a função de classificar, operação que exprime o contexto de produção documental, mantendo as propriedades de organicidade e autenticidade desses documentos, estejam eles em ambiente analógico ou eletrónico.

Pestana (2017) apresenta um estudo relativo à literatura dedicada à classificação por facetas no contexto empresarial, defendendo o potencial analítico de tal abordagem da classificação no âmbito dos processos de organização da informação e do conhecimento dessas entidades, apesar do reduzido número de estudos.

Barros e Gomes (2018) expõem sobre a relação existente entre os SOC denominados ontologias de domínio, na forma de ontologias terminológicas, e

a classificação arquivística. Partindo das ideias de Madsen e Thomsen (2009), defendem que a criação prévia de ontologias terminológicas, ferramentas de representação de informação, pode levar a melhorias no desenvolvimento de sistemas de classificação de arquivos, resultando em sistemas simples, completos e flexíveis. A sua construção deve basear-se em todos os aspectos da organização e na ordenação dos documentos arquivísticos produzidos, o que torna a construção de planos de classificação muito exigente e difícil. Como princípio fundamental, é possível trabalhar com mais tipos de ontologias para auxiliar na construção de planos de classificação na área arquivística.

Como já mencionamos anteriormente, Sonia Troitiño Rodriguez (2018) apresenta reflexão sobre a importância da recuperação de informação relativa à história da entidade e ao percurso custodial de um arquivo, desde a criação da informação de arquivo até sua entrada no repositório para tratamento, contextualização da informação e consequente organização do conhecimento. Nessa perspectiva, consideramos que esses conteúdos descritivos facilitam o desenvolvimento de classificações funcionais.

Alencar e Schmidt (2019) apresentam uma reflexão acerca da metodologia para a classificação de informação de arquivo, baseada em assuntos presentes e em instrumentos do começo do século XX de entidades públicas dos Estados Unidos e México, e do desenvolvimento das influências dessa metodologia no Brasil. Juntamente com Rocha e Schmidt (2019), Pinto e Schmidt (2019) e Fan e Schmidt (2019), apresentam projetos de elaboração e propostas de melhoria de planos de classificação, que realçam a necessidade de identificar as tipologias documentais e a necessidade de instrumentos como a tabela de equivalência, como forma de compatibilizar funções, e atividades e tipologias documentais identificadas no plano de classificação por tipologia, com os assuntos relacionados no código de classificação aprovados pelos órgãos de coordenação da política arquivística brasileiros. Com efeito, esse conjunto de autores considera que a classificação por assunto não permite compreender o contexto de origem, a organicidade, o valor probatório dos documentos de arquivo, nem como determinar prazos e destinos finais. Defendem ser desejável que cada instituição elabore seu próprio plano de classificação, baseando-se na metodologia funcional, com recurso à tipologia documental.

Faben e Rodrigues (2019) abordam os princípios adotados na elaboração de instrumentos de gestão documental à luz dos fundamentos teóricos da OCA, nomeadamente a classificação, que representa o conhecimento produzido sobre o documento de arquivo e o seu produtor, e a identificação, considerada a base da primeira. Fazem uma crítica aos instrumentos de gestão documental

elaborados pelo Arquivo Nacional do Brasil, defendendo que estes sofrem inconsistências derivadas da utilização do princípio biblioteconômico do assunto para reconhecer, agrupar, classificar e avaliar a informação de arquivo, tendo influenciado outras entidades públicas brasileiras.

Silva, Corujo e Revez (2020) apresentam a evolução da política de classificação dos arquivos locais portugueses, indicando que estes estão a pôr em prática uma nova abordagem de OC através do desenvolvimento de um plano de classificação da informação arquivística para a administração local (PCIAAL) em nível nacional. Referem as soluções de OC embebidas na criação do PCIAAL, que está enquadrado na macroestrutura funcional (MEF) da informação da Administração Pública. Esta contribui para o surgimento de um novo paradigma na gestão da informação, que cruza a abordagem funcional com a lógica dos processos de negócios, de forma transversal e suprainstitucional, e considera os diferentes órgãos da administração pública como sistemas abertos. Como resultado, a administração pública e, em particular, a comunidade arquivística recebem uma nova ferramenta normalizada de gestão da informação, que serve para a classificação, a avaliação e a seleção da informação arquivística.

Oliveira, Panisset e Silva (2020) discutem o papel da mediação em arquivos e o uso de tecnologia no apoio ao processo. Identificam como pilares do processo desenvolvido no âmbito das unidades de informação, com ênfase no contexto arquivístico, a organização, a classificação e a transparência. Abordam a organização e a classificação como funções de arquivo, que fortalecem o acesso, a transparência e o direito à memória. Enquanto a organização dos arquivos está relacionada com um conjunto de funções que visam permitir ao usuário o acesso aos atos de uma organização e possibilitar às gerações futuras o acesso ao passado, a classificação arquivística permite estabelecer e revelar a relação orgânica dos documentos de arquivo e os seus vínculos. A classificação do documento de arquivo, no ambiente tradicional ou digital, envolve a organização física e intelectual dos documentos, para que a sua relação com a sua gênese seja representada, funcionando como mecanismo de recuperação da organização da informação e do conhecimento, e para que possa ser usado como um enquadramento que defina o destino final. Entendem que, no processo de organização e classificação arquivístico, lida-se com o conhecimento sobre o produtor: as suas funções, processos de negócio, relações e o contexto histórico em que viveu. Adicionalmente, tal conhecimento norteia o relacionamento com os usuários dos sistemas de informação e é utilizado como fonte de promoção da transparência governamental, para que, dessa forma, a qualquer momento, os atos sejam compreensíveis para a sociedade.

Por último, Tognoli e Correa (2020) afirmam que, na arquivística, a transparência e a responsabilidade necessárias às sociedades democráticas podem ser encontradas em esquemas de classificação – entendidos como SOC –, que podem ser percebidos como um espelho das funções e estruturas da entidade, e que consideram ser ferramentas de prestação de contas e transparência na arquivística.

Conclusão

O alinhamento dos conceitos de OC e da arquivística permite perceber que os processos de natureza arquivística atendem às questões da OC, reconhecendo-se a importância da sua utilização e aplicação em diferentes contextos, que requerem compreensão teórica e prática do papel do arquivo, do arquivista e, em particular, do saber arquivístico na promoção e na difusão do conhecimento organizacional ou social.

Esta pesquisa procurou inteirar-se das percepções e dos significados acerca de uma eventual relação entre OC e arquivística a partir dos principais pesquisadores em nível internacional, nos últimos cinco anos. Com base numa abordagem qualitativa de teor construtivista, orientada pela pesquisa documental, procurou-se compreender o fenômeno na perspectiva dos autores, na literatura científica internacional no âmbito da OC, descortinando-se uma pesquisa de tipo exploratório, geradora de um cenário que se procurou tornar perceptível por via de uma redução a um conjunto de eixos emergentes da análise.

Uma das primeiras conclusões que transparece prende-se com o enriquecimento trazido pela perspectiva da OC à arquivística, e que se percebe ter sido somente possível após a abertura desta ao enquadramento teórico da pós-modernidade. Tal abertura permitiu receber os frutos da interdisciplinaridade e aumentar a abrangência de perspectivas e modelos quanto ao objeto de estudo. Essa nova maneira de problematizar a arquivística trouxe evidentes benefícios para o aprofundamento teórico da OC, com implicações em nível da amplitude dos prismas referentes aos SOC e aos POC.

Observa-se que o CA, desenvolvido através das funções referentes à organização da informação e do conhecimento, sai igualmente alargado, por via da ampliação do objeto do arquivo, e também pelo enriquecimento resultante da interdisciplinaridade. Percebe-se também que a organização dos acervos documentais concorre para a identificação da rede de relações existentes entre as diversas funções desempenhadas pelas unidades orgânicas/entidades, no cumprimento das atribuições sob sua responsabilidade, do ponto de vista do registro documental dessas funções. Recuperar essa informação, contextualizando-a,

requer a assunção de princípios teorizados a partir da prática feita teoria arquivística, encontrando-se a proveniência como um dos elementos-chave para realizar a classificação, independentemente da abordagem utilizada. Nesse ponto, os autores dos textos da amostra tendem a expor os problemas da aplicação indiferenciada de modelos classificativos de outras áreas de prática e teoria sem qualquer adaptação, e apontando para programas e propostas de classificação específicas da entidade ou organização maior a que respeita cada acervo, principalmente a classificação funcional.

Sobre todos esses aspectos apreendidos nesta conclusão, os autores da amostra proferem algumas propostas de solução e de melhoria, que constituem mais-valias tanto para a arquivística, como para a OC.

Nessa linha, Machado, Semidão e Madio (2017) e Machado, Semidão, Madio e Martínez-Ávila (2019) propõem uma mudança de perspectiva por parte dos arquivistas, que passa pela adoção de um posicionamento investigativo de teor historiográfico e interpretativo, considerando a imagem fotográfica a partir do seu contexto de produção documental, fornecendo uma organização do conhecimento fotográfico apta a refletir a complexidade das ações, propósitos e concepções que condicionaram a sua produção e o momento histórico que ela registra.

Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019) definem uma estrutura conceitual para o CA a partir da teoria do conceito de Dahlberg (1978a), no âmbito da OCA. Para tal, estabelecem que o conceito de CA é definido por três elementos, e consideram facetas que contemplam o vínculo arquivístico: o conceito de *fonds*, o conhecimento da forma documental e o conhecimento do contexto de criação do documento.

Tognoli, Milani, Guimarães e Moraes (2020) defendem que, ao se considerar um autor como assunto e como ponto de acesso – a partir do conceito de proveniência do assunto – delineia-se uma relação orgânica entre os autores que participam de uma mesma comunidade epistêmica, enriquecendo a representação na literatura científica, permitindo e orientando para a identificação completa do contexto do assunto, que liga o autor e o conteúdo do documento.

Machado, Semidão, Madio e Martínez-Ávila (2019, 2020) propõem que cada instituição seja analisada como um domínio específico, em que os fatores discursivos já estabelecidos no domínio arquivístico incluam também as práticas da instituição. Ao enfatizar os aspectos relacionados com as atividades práticas e não apenas os aspectos comunicativos, a proveniência e o contexto da produção institucional que deu origem à fotografia, seria possível preservar, em certa medida, a intenção original da produção do registro fotográfico (ou pelo menos evitar o uso implícito de seus recursos semióticos) e evitar manipulações

ligadas a preconceitos e injustiças sociais. Além disso, pode garantir a diversidade de domínios do conhecimento, uma vez que cada contexto de produção documental apresenta sua especificidade de intenções e ações sociais.

Eadon (2020) perspectiva que a interação de referência se torna um local em que a educação do usuário arquivístico pode ocorrer, assumindo-se com um ponto-chave no qual os pesquisadores podem mover-se ao longo do *continuum* da conspiração. Para Eadon, a construção de confiança com pesquisadores conspiracionistas implica subverter a lógica arquivística enraizada e praticar a empatia epistêmica, para que os conspiracionistas se exponham às evidências, especialistas e pontos de vista que, de outra forma, não teriam encontrado.

Barros (2020) defende que o desenvolvimento de planos de classificação se deve iniciar pela elaboração de uma política que estabeleça uma base para todo o processo, o trabalho intelectual desenvolvido pelos arquivistas e, seguidamente, construir uma relação de termos-conceitos com um SOC (isto é, taxonomia) do domínio institucional baseado na ligação entre conceitos, termos e usuários, num processo com uma abordagem topo-base e base-topo. Com esse estudo de referência cruzada, é possível a construção da classificação com as suas notações a relacionar conceitos, na perspectiva triangular de Dahlberg (1978a), e os termos que representam no domínio institucional.

Em termos dinâmicos, percebe-se também que a relação entre a OC e a arquivística, e entre sua teoria e prática, ainda está a tentar encontrar os seus percursos e soluções, sempre refletindo novos *apports*, perspectivas, significados e pluralidades trazidos por outras áreas do saber.

Considera-se pertinente ter em conta que a pesquisa se desenvolveu com base em textos recolhidos numa amostra delimitada aos últimos cinco anos de uma produção científica emanada da Isko Internacional, além dos contextos ibérico e brasileiro dessa organização, e que concorrem para a análise e interpretação os vieses inerentes aos pesquisadores que produziram este texto. Tal significa que a análise de outra amostra de textos, ou mesmo a interpretação dos textos selecionados, mas feita por outros pesquisadores, pode dar origem a outras propostas de categorização e percepções diferentes das que aqui se apresentam. Porém, a procura de dados dentro do contexto da Isko parece continuar a ser facilitador do encontro de inferências acerca da relação entre a arquivística e a organização do conhecimento.

Ao apresentar uma percepção emanada de uma amostra delimitada, o recorte apresenta um retrato espelhado, mas que, face ao dinamismo da pesquisa e ao desenvolvimento científico, implica continuidades possíveis que permanecem até agora como indefinidas, o que fomenta a necessidade de pesquisa consequente.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBUQUERQUE, A. *Classificação arquivística e teoria do conceito: elementos para organização do conhecimento*. In: PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento, Isko Brasil, 2017.
- _____; SOUTO, D. *Acerca do princípio da proveniência*. *Ágora*, v. 23, n. 46, p. 14-43, 2013.
- ALENCAR, P.; SCHMIDT, C. *Classificação de documentos de arquivo: o “assunto” como elemento norteador dos instrumentos do início do século XX e suas influências em abordagens contemporâneas*. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019.
- ARANALDE, M. *Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan*. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 1, p. 1-19, 2009.
- ARBOIT, A. E. *O processo de institucionalização socio-cognitiva do domínio de organização do conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da Isko*. *Dissertação (Doutorado em Ciência da Informação)* – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2014.
- BARITÉ, M. *Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación*. In: CARRARA, K. (org.) *Educación, universidad e pesquisa*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: Fapesp, 2001. p. 35-60.
- BARROS, T. *Touching from a distance concept theory and archival hierarchical classification*. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.). *Knowledge organization at the interface*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 465-469. (*Advances in Knowledge Organization*, v. 17).
- _____. *A classificação funcional em arquivística: uma análise da colaboração científica nos periódicos Archivaria e American Archivist – 20 años del Capítulo Español de Isko*. Universidade da Coruña (Espanha), 2012. (actas del X Congreso Isko Capítulo Español, Ferrol, 2011).
- _____. *A construção discursiva em arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição*. *Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)* – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2010.
- _____; GOMES, D. *Classification and knowledge organization systems: ontologies and archival classification*. In: RIBEIRO, F.; CERVERIA, M. (ed.). *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018. p. 103-111. (*Advances in Knowledge Organization*, v. 16).
- _____; SOUSA, R. *Archival science and knowledge organization: mapping methodological relationships*. *Knowledge Organization*, v. 46, n. 7, p. 493-501, 2019.
- _____; TOGNOLI, N. (org.). ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019.
- BRÄSCHER, M. & CAFÉ, L. *Organização da informação ou organização do conhecimento?* In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, São Paulo, Anais... São Paulo: Ancib, 2008.
- CRIPPA, G. *Expansão do domínio do arquivo: o caso do CSAC – centro Studi e Archivio della Comunicazione*. In: SIMÕES, M.; BORGES, M. (coord.). *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento*. Universidade de Coimbra/CEIS20, 2017. p. 65-73. (atas do III Congresso Isko Espanha-Portugal/XIII Congresso Isko Espanha).
- DAHLBERG, I. *Current trends in knowledge organization*. In: GARCIA MARCO, F. J. (ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*, 1995. p. 7-26. (actas del I Encuentro de Isko-Espana, Madrid, 1993).
- _____. *Knowledge organization: its scope and possibilities*. *Knowledge Organization*, v. 20, n. 4, p.

- 211-22, 1993.
- _____. A referent-oriented, analytical concept theory for Interconcept. *International Classification*, v. 3, n. 5, p. 142-51, 1978a.
- _____. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978b.
- EADON, Y. (Not) Part of the system: resolving episodic disconnect through archival reference. *Knowledge Organization*, v. 47, n. 6, p. 441-460, 2020.
- ESTEBAN NAVARRO, M. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: GARCIA MARCO, F. J. (ed.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 65-90. (actas del I Encuentro de Isko-España, Madrid, 1993).
- FABEN, A.; RODRIGUES, A. Identificação, classificação e organização do conhecimento arquivístico: reflexões em torno dos instrumentos de gestão de documentos. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). *ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO*, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 405-411.
- FAN, H.; SCHMIDT, C. Plano de classificação do arquivo institucional da Academia Brasileira de Letras: análise e proposta de melhoria. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). *ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO*, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 199-208.
- FELIPE, C.; PINHO, F. Mapeamento da produção brasileira sobre indexação de imagens. In: PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). *CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO*, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento, Isko Brasil, 2017. p. 34-47.
- FONSECA, G.; TROITIÑO RODRIGUEZ, S. O legado do método diplomático e a identificação documental: contribuições para a organização do conhecimento. In: SIMÕES, M.; BORGES, M. (coord.). *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento*. Universidade de Coimbra/CEIS20, 2017. p. 1.001-1.009. (atas do III Congresso Isko Espanha-Portugal/XIII Congresso Isko Espanha).
- GIL, F. Classificações. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 41. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001. 432 p.
- GUIMARÃES, J.; MARTINEZ-ÁVILA, D.; CÂNDIDO, G.; SILVA, A.; PIVA, L.; FIORAVANTI, D. A dimensão teórica da análise de domínio na produção científica brasileira de ciência da informação. In: PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). *CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO*, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento, Isko Brasil, 2017. p. 34-47.
- _____; MILANI, S.; DODEBEI, B. (ed.). *Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2016. (Advances in Knowledge Organization, v. 15).
- _____; TOGNOLI, N. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. *Knowledge Organization*, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2015.
- HJØRLAND, B. Domain analysis. *Knowledge Organization*, v. 44, n. 6, p. 436-464, 2017.
- _____. *Knowledge Organization*. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.
- _____. What is knowledge organization? *Knowledge Organization*, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.
- _____. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional well as innovative. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
- KLEINEBERG, M. Integral methodological pluralism: an organizing principle for method classification. In: GUIMARÃES, J.; MILANI, S.; DODEBEI, B. (ed.). *Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2016. p. 133-141. (Advances in Knowledge Organization, v. 15).
- LEHMKUHL, C.; LINDEN, L.; BARROS, C.; SILVA, E.; VITAL, L. *Sistemas de organização do conhecimento e arquivologia: diálogos possíveis*. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). *ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO*, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 58-66.

- LEHMKUHL, C.; SILVA, E. A representação da informação arquivística nos registros civis. In: PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento, Isko Brasil, 2017. p. 138-145.
- LOPES, L. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: Eduff; São Carlos: Edufscar, 1996.
- LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.). *Knowledge organization at the interface*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. (Advances in Knowledge Organization, v. 17).
- MACHADO, B.; SEMIDÃO, R.; MADIO, T. Reflexões sobre uma organização do conhecimento fotográfico segundo seu contexto de produção documental. In: SIMÕES, M.; BORGES, M. (coord.). *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento*. Universidade de Coimbra/CEIS20, 2017. p. 1.019-1.027. (atas do III Congresso Isko Espanha-Portugal/XIII Congresso Isko Espanha).
- _____; _____. MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Provenance as an ethical measure for the archival knowledge organization of photographs. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.) *Knowledge organization at the interface*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 557-558. (Advances in Knowledge Organization, v. 17).
- _____; _____. A fotografia na organização do conhecimento arquivístico: reflexões sobre processo institucional de evidenciação documental como parâmetro de organização. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 39-46.
- MADSEN, B.; THOMSEN, H. Ontologies vs. classification systems. *Nealt Proceedings Series*, v. 7, n. 27, 2009.
- MAI, J.-E. Ethics, values and morality in contemporary library classifications. *Knowledge Organization*, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. *La construcción teórica en arquivística: el principio de procedencia*. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996.
- MATTOS, R.; PIMENTA, J. *A abordagem contextual na organização dos arquivos pessoais: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)*. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 271-277.
- OLIVEIRA, L.; PANISSET, B.; SILVA, J.A. Mediation in archives: organization, classification, and transparency. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.). *Knowledge organization at the interface*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 512-516. (Advances in Knowledge Organization, v. 17).
- PAZOS, J.; SCHMIDT, C. O ensino da classificação arquivística na formação do profissional da informação: análise qualitativa dos currículos da UFF e Unesp. In: SIMÕES, M.; BORGES, M. (coord.). *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento*. Universidade de Coimbra/CEIS20, 2017. p. 177-187. (atas do III Congresso Isko Espanha-Portugal/XIII Congresso Isko Espanha).
- PESTANA, O. Organização da informação e do conhecimento em contexto empresarial: a aplicação da análise por facetas. In: SIMÕES, M.; BORGES, M. (coord.). *Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento*. Universidade de Coimbra/CEIS20, 2017. p. 525-532. (atas do III Congresso Isko Espanha-Portugal/XIII Congresso Isko Espanha).
- PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento, Isko Brasil, 2017.
- PINTO, F. B.; SCHMIDT, C. Construindo equivalências: a aplicabilidade da classificação funcional por tipo documental no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fiocruz. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 126-136.
- QUINTAVALLE, A. C. *Nove100*. Milão (Itália): Skira, 2010.
- RIBEIRO, F.; CERVERIA, M. (ed.). *Challenges and opportunities for knowledge organization in the*

- digital age. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018. (Advances in Knowledge Organization, v. 16).
- ROCHA, D.; SCHMIDT, C. Plano de classificação do Serviço de Diagnóstico por Imagem do Hospital Universitário de Medicina Veterinária da Universidade Federal Fluminense: a identificação arquivística como processo intelectual de análise. In: BARROS, T.; TOGNOLI, N. (org.). ESTUDOS AVANÇADOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, 5. – Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas, Isko Brasil, 2019. p. 226-236.
- ROMERO TALLAFIGO, M. Archivistica y archivos: soportes, edificio y organización. 2. ed. Carmona: S&C ediciones, 1994.
- RONCAGLIO, C.; MANINI, M. Arquivologia e cinema: um olhar arquivístico sobre narrativas filmicas. Brasília, DF: EDU/UNB, 2016.
- SALES, R. Ciência da informação e organização do conhecimento no Brasil: uma interface entre o GT2 da Ancib e a Isko-Brasil. In: PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento, Isko Brasil, 2017. p. 120-127.
- SILVA, C. G. Investigação documental. In: GONÇALVES, S.; GONÇALVES, P.; MARQUES, C. Manual de investigação qualitativa. Lisboa: Pactor, 2021. p. 103-123.
- _____. Knowledge organization in portuguese public administration: from the functional classification plan to the creation of an ontology from the semantic web's perspective. In: GUIMARÃES, J.; MILANI, S.; DODEBEI, B. (ed.). Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2016. p. 290-299. (Advances in Knowledge Organization, v. 15).
- _____; CORUJO, L.; REVEZ, J. The classification plan for local administration portuguese archives and the knowledge organization in practice. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.). Knowledge organization at the interface. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 411-420. (Advances in Knowledge Organization, v. 17).
- SIMÕES, M.; BORGES, M. (coord.). Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento. Universidade de Coimbra/CEIS20, 2017. (atas do III Congresso Isko Espanha-Portugal/ XIII Congresso Isko Espanha).
- _____; FREITAS, M. C.; RODRÍGUEZ-BRAVO, B. Theory of classification and classification in libraries and archives: convergences and divergences. Knowledge Organization, v. 43, n. 7, p. 530-538, 2016.
- SMIRAGLIA, R. Knowledge organization: some trends in an emergent domain. El Profesional de la Información, Barcelona, v. 21, n. 3. maio/jun. 2012.
- SMIT, J.; SCHMIDT, C.; BEZERRA, L.; VARGAS, M.; PIRES, A. Functional classification of archival records: some questions and a case study with records produced by the University of São Paulo, Brazil. In: GUIMARÃES, J.; MILANI, S.; DODEBEI, B. (ed.). Knowledge organization for a sustainable world: challenges and perspectives for cultural, scientific, and technological sharing in a connected society. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2016. p. 403-410. (Advances in Knowledge Organization, v. 15).
- SOUSA, R. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G.; LOPES, I. (org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, v. 2, 2003. p. 240-269.
- TOGNOLI, N. BARROS, T. Os processos de representação do conhecimento arquivístico: elementos históricos e conceituais da classificação e descrição. In: GUIMARÃES, J.; DODEBEI, V. (org.). Organização do conhecimento e diversidade cultural. Marília: Isko-Brasil; Fundepe, 2015. p. 94-99.
- _____; CORREA, L. Knowledge organization systems as accountability tools in archival science. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.). Knowledge organization at the interface. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 569-671. (Advances in Knowledge Organization, v. 17).
- _____; GUIMARÃES, J. Provenance as a knowledge organization principle. Knowledge Organization, v. 46, n. 7, p. 558-568, 2019.
- _____; MILANI, S.; GUIMARÃES, J.; MORAES, J. The subject dimension of authorship: a new perspective of provenance in KO. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; SKOV, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA,

- D. (ed.). *Knowledge organization at the interface*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2020. p. 446-454. (*Advances in Knowledge Organization*, v. 17).
- _____; RODRIGUES A. An analysis of the theoretical and practical application of diplomatics to archival description in knowledge organization. In: RIBEIRO, F.; CERVERIA, M. (ed.). *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018. p. 43-51. (*Advances in Knowledge Organization*, v. 16).
- _____; _____. GUIMARÃES, J. Archival knowledge: conceptual frameworks for recent terminology in the KO domain. *Knowledge Organization*, v. 46, n. 7, p. 522-529, 2019.
- _____; VITORIANO, M.; LEME, T. Classificação enquanto uma função nuclear no processo de organização do conhecimento arquivístico. In: PINHO, F.; GUIMARÃES, J. (org.). *CONGRESSO BRASILEIRO EM ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO, 3. – Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento*, Isko Brasil, 2017. p. 64-70.
- TROITIÑO RODRIGUEZ, S. Different parameters for knowledge organization in archives. In: RIBEIRO, F.; CERVERIA, M. (ed.). *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age*. Baden-Baden: Ergon Verlag, 2018. p. 160-166. (*Advances in Knowledge Organization*, v. 16).
- VITAL, L.; BRÄSCHER, M. *Representação de assunto em documentos arquivísticos*. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015.

Recebido em 19/11/2021

Aprovado em 11/1/2022